



EMBRAPA

Centro de Pesquisa Agropecuária
do Trópico Semi-Árido (CPATSA)
BR - 428 Km 152 Rod. Petrolina/L. Gde.
Fone: (081) 961 - 0122
Telex (081) 1878
Cx. Postal, 23
56.300 - PETROLINA - PE

ISSN 0100-9729

DOCUMENTOS

Nº 76, set./92, p.1-14

VALE DO SALITRE - ELEMENTOS PARA UMA AÇÃO COORDENADA

Rebert Coelho Correia¹
Jean Philippe Tonneau²
Jussara de Souza Oliveira³
José Nilton Moreira¹
Francisca de Assis de Sá⁴

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado a partir do material acumulado pelos participantes e instrutores do curso "INTERVENÇÃO NO MEIO RURAL: PRINCÍPIOS, MÉTODOS, ESTRATÉGIAS DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR".

Participantes e Instrutores

Carlos Estevão Leite Cardoso - EPABA
Delmo Naziazeno - EMATER-SE
Edson Lopes do Couto - EMATER-BA
Francisca de Assis de Sá - FFCLJ/Juazeiro-BA
Francisco Pinheiro de Araújo - CPATSA
Jean Philippe Tonneau - Instrutor-CIRAD
Jerônimo Perfmnio de Souza Filho - EMATER-PI
João da Silveira Leite - EMATER-RN
José Luiz Fernandes Zorby - CPAC
José Mendes de Araújo - EMPARN
José Nilson de Melo - IPA
José Nilton Moreira - CPATSA
Jussara de Souza Oliveira - EMATER-BA
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira - Instrutora-CPATSA
Marie Rose Mercoiret - Instrutora-CIRAD
Rebert Coelho Correia - CPATSA
Yves Clouet - Instrutor-CIRAD

¹Engº Agrº, B.Sc., Pesquisador da EMBRAPA-Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), Cx. Postal 23, 56300 Petrolina-PE.

²Engº Agrº, M.Sc., Convênio CIRAD/DSA (França)/EMBRAPA-CPATSA.

³Engª Agrª, Assessoria Técnica da Prefeitura Municipal de Juazeiro (BA).

⁴Professora da FFCLJ (Juazeiro-BA).

INTRODUÇÃO

O Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), organizou, no quadro do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), um curso para pesquisadores e extensionistas de cinco estados do Nordeste, no período de sete de novembro a cinco de dezembro de 1988. Este curso, denominado "Intervenção no Meio Rural: Princípios, Métodos e Estratégias de Apoio ao Pequeno Produtor", baseou-se na hipótese de que um grupo de técnicos (participantes do curso) poderia, a partir de uma demanda de produtores, conseguir elaborar um anteprojeto, permitindo uma ação coordenada das diferentes instituições públicas e privadas em colaboração com as associações representativas dos produtores.

Escolheu-se como local para realização deste evento o Vale do Salitre, no município de Juazeiro, BA. A escolha deste local, tido como difícil, foi feita na perspectiva de executar um trabalho mais amplo em área onde existe concentração de pequena produção irrigada, dentro do submédio São Francisco, partindo-se de experiências adquiridas pelo CPATSA em trabalhos executados no Perímetro Irrigado de Bebedouro e no Distrito de Massaroca (Juazeiro-BA).

A idéia seria estudar, dentro de uma região onde a irrigação vem conhecendo um desenvolvimento muito grande nos últimos anos, como se comporta a irrigação tradicional, frente a uma grande introdução de capital. São os resultados deste trabalho que buscou-se apresentar neste documento.

A Demanda dos Produtores

O rio Salitre, apesar da pequena vazão, $56\text{m}^3/\text{seg}$ (vazão máxima), até pouco tempo era considerado um rio perene. Com o advento da grande irrigação e pela qualidade dos solos às suas margens, começaram a surgir dificuldades de abastecimento de água, tanto para consumo humano, como para irrigação.

Os produtores, e todos os moradores da região, reivindicam fortemente a perenização do rio Salitre. Por outro lado, eles estão conscientes de que uma perenização, sem um controle da capacidade de bombeamento, não resolveria o problema de continuidade da produção no Vale. Assim, foram propostos para os participantes do curso, dois temas:

1. Estudar as diferentes possibilidades de perenização do rio Salitre.
2. Definir as medidas de acompanhamento (social e técnico) desta perenização.

A Análise da Demanda: A Intervenção no Vale do Salitre

1. Caracterização da área

O Vale do Salitre (o nome vem das terras salinizadas pelo nitrato de potássio preso na rocha calcária), dentro do sertão nordestino, destaca-se como uma zona de forte potencial. O clima é do tipo BSh "W", segundo KOPPEN, com temperatura média anual de 26°C . A Pluviometria está numa faixa de 400 a $500\text{mm}/\text{ano}$, com uma estação chuvosa irregular entre os meses de outubro a abril. A pluviometria fraca e irregular dificulta a agricultura de sequeiro.

Devido às condições físicas favoráveis (água e solo), no Vale do Salitre ocorre forte concentração populacional, com uma população de aproximadamente 6.000 habitantes em 1980, tendo uma estrutura bastante jovem, o que levanta o problema do emprego a médio prazo.

O Rio Salitre, afluente do Rio São Francisco, é o único rio perene da área e possui uma vazão máxima de $56\text{m}^3/\text{seg}$. O Vale tem um comprimento de 250km e apresenta nos seus últimos 80km (a partir da foz) solos férteis e propícios à prática da irrigação. É constituído de um entalhe no platô calcário dominante na região e apresenta, normalmente, uma sucessão de solos aluviões, brunos não cálcicos e latossolos eutróficos e cambissolos rasos, como está representada na Figura 1.



FIG. 1. Sucessão de Solos: Vale do Salitre

A proximidade de cidades importantes (Petrolina/Juazeiro) da barragem de Sobradinho com energia elétrica disponível e o desenvolvimento de infra-estrutura (rede elétrica e estradas), fazem com que a região tenha, no âmbito da irrigação, um potencial muito forte (possui cerca de 40.000ha irrigáveis, segundo um mapeamento realizado pela FAO/1965).

2. A ocupação do Vale

A ocupação do Vale do Salitre é antiga. Os primeiros colonizadores europeus falam de população indígena cultivando nas vazantes.

Quando se deu a ocupação dessas áreas, os donos das grandes sesmarias usavam a água do rio Salitre para o abastecimento do rebanho. Desenvolveu-se também uma agricultura de vazante para a alimentação dos vaqueiros (milho/feijão). O fim do ciclo da cana-de-açúcar levou a acelerar a divisão das grandes propriedades e a modificar as produções. Durante 40 anos, a atividade principal estava centrada no canavial e nos engenhos de rapadura.

Estes canaviais e engenhos (existiam cerca de 200 engenhos) pertenciam a produtores que, além da exploração da cana-de-açúcar desenvolviam também a pecuária extensiva, com grandes criatórios de caprinos no platô calcário.

A necessidade de mão-de-obra para a moagem da cana facilitou a instalação de inúmeros camponeses ao longo do rio. Assim, em cada engenho criaram-se pequenos vilarejos.

Os donos dos engenhos nem sempre eram os mesmos dos canaviais. Em decorrência, criou-se um sistema de meia: os donos dos engenhos moíam a cana ficando com metade da produção de rapadura. Este sistema de meia era também usado para a plantação da cana que, durante o inverno, enquanto a cana crescia, plantava-se um consórcio feijão x abóbora x cebola.

No fim da década de 50, em anos sucessivos, choveu muito na região. O rio encheu, as vazantes foram inundadas, o canavial ficou todo coberto pela água e morreu. No mesmo período, ocorreu a crise da cana-de-açúcar.

Desde 1950, a cultura da cebola, mais rentável, tinha se desenvolvido à margem do Rio São Francisco. O aumento do custo da mão-de-obra e a crise da "rapadura", ligada à produção de açúcar mais barata, fizeram com que o canavial e o engenho desaparecessem. O dono de engenho ficou comprando as produções irrigadas (cebola, tomate e pimentão), possíveis pela introdução da motobomba.

O cultivo estava concentrado nos aluviões. O platô, reservado para a pecuária, não era muito valorizado. A partir de 1970, interesses capitalistas externos começaram a aparecer na região, arrendando as terras do platô e depois comprando-as. Foram introduzidos, sucessivamente, o melão, a beterraba e a fruticultura (manga, limão, etc). O capital investido permitiu a instalação de motobombas potentes, capazes de irrigar mais distantes das margens, ou seja, no platô calcário (Latossolos e Cambissolos). Assim, o desenvolvimento das áreas irrigadas contribuiu para uma "estiagem" do rio: no Salitre falta água.

Esta situação teve influência significativa nas modificações dos sistemas de produção que foram ampliados pela intervenção do Estado pois a criação dos perímetros irrigados mostrou as possibilidades de desenvolvimento do Vale do Salitre. Mas, de fato, foi o conceito mesmo de produção que se modificou. Dentro do sistema tradicional, o poder é da terra, sinônimo de riqueza. Ela determina rendas diretamente (pecuária, produtos da meia) e pelo controle da comercialização dos produtos dos meeiros.

A irrigação leva mais em conta o capital. A terra e a água não valem nada sem capital para instalar a bomba, comprar insumos, pagar mão-de-obra. A terra tornou-se um instrumento de produção. Deve-se preocupar não só em produzir, mas em vender. Entra-se na economia de mercado, de livre concorrência com outros fatores econômicos¹ mais potentes, controlando melhor os recursos, as informações. Constata-se um desequilíbrio no sistema de produção que se manifesta em vários pontos, analisados a seguir.

3. A água: Escassez e Apropriação

O bombeamento, para irrigação por sulcos, prática cada vez mais constante, contribuiu para a seca do rio. Devido ao fato da água tornar-se rara e ao aparecimento da energia elétrica propiciando o uso de motores elétricos para irrigação de grandes áreas vários conflitos foram gerados.

Registram-se, inclusive, acontecimentos que custaram a vida de dois proprietários do médio Salitre. Depois destas mortes e devido à intervenção da Prefeitura Municipal de Juazeiro, uma série de ações paliativas foram realizadas no sentido de perenizar o rio (sobretudo a criação de barragens no Baixo Salitre, alimentando-as pelo bombeamento da água do Rio São Francisco) e a regulamentação do uso da água (proibição de novas bombas, reservatórios, limitação das áreas cultivadas, tabelamento do uso da água).

¹ Definidos como todos os indivíduos ou grupos participando da economia do Vale (produtores, atravessadores, Estado, instituições, Prefeitura, etc).

Estas medidas impediram maiores conflitos. Entretanto, o custo do bombeamento para as barragens é elevado e não garante o futuro. A capacidade limitada da rede de energia elétrica ajudou muito na diminuição da tensão social. O caráter provisório destas medidas expressa-se no discurso dos produtores: "Ruim com tabela, pior sem ela". A situação é tão agravante que, à época da realização do trabalho, a água para consumo humano estava sendo garantida através de carros pipas.

O baixo preço da terra faz com que se constate, também, uma colonização no Alto Salitre, no município de Campo Formoso. Aparecem ali grandes áreas propícias para irrigação que, provavelmente em pouco tempo, tornará o problema da água mais agudo no Médio Salitre, já que o tabelamento (legislação municipal) restringe-se ao município de Juazeiro.

A corrida pela instalação mais perto da nascente do rio influenciou o conjunto da população pois vários produtores tentaram arrendar ou cultivar como meeiros terras localizadas no Alto Salitre.

O problema da água levanta duas questões:

- Como fornecer mais recursos em água aos ribeirinhos?
- Como impedir que esta água seja, de novo, fonte de conflito?

Constatou-se que os produtores entendem de maneira parcial as várias propostas existentes, devido à falta de informação, mas são conscientes das questões levantadas, o que explica uma forte tensão e uma grande incerteza no futuro. Os sistemas de produção, que controlavam, estão profundamente desequilibrados. O que eles podem esperar portanto de uma ação governamental?

4. A Comercialização: O Desequilíbrio Entre Oferta e Demanda

A produção do Médio São Francisco aumentou consideravelmente nestes últimos anos. As previsões para os próximos são ainda mais otimistas. Por outro lado, já se constata superprodução em certo período do ano (cebola, o ano passado, melão, este ano). E, quando isto ocorre, são os produtores mais "espertos" que fornecem o melhor serviço, por serem mais competitivos. E o que se entende como melhor serviço? Melhor serviço, aqui, é entendido como um produto:

- Com a melhor qualidade possível;
- Com um custo mais baixo possível;
- Que não existe ainda em quantidade suficiente no mercado;
- Que é produzido em período de raridade (análise dos mercados e da produção em outras partes do país);
- Fornecido no lugar o mais adequado, o que quer dizer, mais próximo do consumidor.

É claro que, na competição existente, os produtores do Vale do Salitre não são os mais equipados, pois:

- O sistema de cultivo é pouco eficiente, os tratos pós-colheita são inexistentes, assim como a infra-estrutura de armazenamento. Tudo isso contribui para a baixa qualidade dos produtos e a elevação dos custos de produção.
- O acesso à informação (mercado, produtos alternativos) é pouco e passa pelos grandes empresários, que são os pioneiros, com todas as vantagens que isso implica.

– A organização, e regra geral, a influência dos produtores nos circuitos de comercialização são fraquíssimas. São os atravessadores, tão criticados, mas indispensáveis, que garantem o escoamento, ditando os preços dos produtos.

5. A Terra: Novas Formas de Exploração e de Relações de Trabalho

a) A concentração de terra no Vale do Salitre é forte. O custo da terra é baixo. Pode ser rentabilizado em duas a três colheitas. Este custo baixo está ligado à falta de capacidade de investimento de um grande número de produtores: a terra é pouco produtiva sem irrigação. As transações fazem-se sem problemas. Nos últimos anos, constatou-se que não houve, na maior parte dos casos, violência. É a lei do mercado que faz com que os produtores vendam a sua terra. Constatou-se que esta venda foi feita em dois tempos: venda aos produtores mais bem sucedidos da área e os que cederam as terras aos grandes produtores de outras regiões.

Estas considerações são importantes. “A reforma agrária”, como simples distribuição de terra, não basta. O problema está ligado a uma capacidade de investimento e a uma capacidade gerencial necessárias à colonização da terra. Este fato é comprovado pela saída dos colonos mesmo nos perímetros irrigados da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). É difícil conhecer exatamente a situação, mas supomos que em Bebedouro* e Nilo Coelho* mais de 20% da área destinada aos colonos sejam controlados pela pequena burguesia de Petrolina/Juazeiro ou pelos grandes grupos de produção.

b) Outra modificação social importante diz respeito às relações de trabalho. Os trabalhadores rurais tinham essencialmente acesso à terra pelo sistema de meia. Este sistema, pouco constringente para o meeiro, por dar uma grande liberdade de manejo dos recursos, é relativamente pouco produtivo e responde mais às necessidades de uma agricultura baseada essencialmente sobre o trabalho humano (o investimento é igual a zero para os proprietários).

Tal sistema de meia, devido aos necessários investimentos em insumos, tende a desaparecer. O trabalho humano não é mais o fator de produção com custo mais elevado. Garantir este fator a nível baixo de preços não basta para ser competitivo.

Os proprietários “dinâmicos” usam só mão-de-obra assalariada - “diaristas”. Enquanto, os proprietários mais tradicionais continuam a usar o sistema de meia. Além disso, constata-se que:

– para estes é difícil encontrar diaristas para trabalho na sua roça - “o sistema de meia é uma obrigação”;

– os diaristas preferem as condições de trabalho das propriedades “capitalistas”;

– o sistema de meia, em algumas situações, tende a modificar-se. O proprietário passa a intervir mais no sistema de produção, controlando-o financeiramente pelos fatores de produção.

Estas considerações levam a acreditar que o sistema de meia ainda existe pela incapacidade de investimento de uma grande parte dos produtores. Observa-se também que muitas vezes a agricultura é uma atividade secundária para proprietários residentes na cidade. Frente à competição, estes proprietários vão conseguir obter esta capacidade de investimento ou vão vender as suas propriedades. O sistema de meia está provavelmente condenado.

Esta mudança social vai implicar num aumento da oferta de mão-de-obra assalariada. E será que o mercado de emprego vai conseguir absorver toda a oferta?

*Perímetros Irrigados da região do Médio São Francisco.

6. Sistemas de Produção: Recursos Raros - Manejo Ineficiente

A maior parte dos sistemas de produção sofre falta de recursos. Seja a questão da água em primeiro lugar, seja a falta de recursos financeiros. Paradoxalmente constata-se que o manejo destes recursos é bastante irregular e, regra geral, é péssimo.

Tudo indica que os sistemas de cultivo não são "estabilizados". O início da irrigação no Vale do Salitre, como em todo Médio São Francisco, foi caracterizado pela facilidade de escoamento dos produtos e a abundância dos recursos de água. O uso dos insumos, muitas vezes recomendados pelas próprias casas comerciais, é exagerado. Constatamos que a adubação praticada (para melão 30 sacos/ha de 10-10-10 ou 6-24-12) é superior às recomendações das pesquisas (14 sacos/ha de 6-24-12, para uma produção bem superior), não falando do uso indiscriminado de agrotóxicos que causam danos à saúde dos produtores.

Isso foi permitido pelo preço relativamente alto dos produtos comercializados e, sobretudo, pela baixa remuneração da mão-de-obra. O aumento da concorrência e as dificuldades de mercado fazem com que estas práticas não possam perdurar.

Um levantamento feito em 946 propriedades* permitiu caracterizar os principais elementos do itinerário técnico:

- Predominância de culturas de ciclo curto (melão, 48%; cebola, 42%; tomate, 40%);
- Irrigação por sulcos (94%), cuja eficiência (em quantidade de água) apresenta-se inferior a outros métodos (aspersão 2%);
- Uso indiscriminado de substâncias químicas de alto poder residual e toxidez no combate a pragas e doenças da lavoura;
- Acesso ao crédito limitado (13% dos produtores);
- Uso de mão-de-obra familiar predominante (66% dos produtores) e possível pelo sistema de meia;
- Destino da produção para venda (53% dos produtores não consomem hortaliças).

Além disto, foram apresentados como principais problemas apontados: a falta de recursos financeiros (73%), a falta de máquinas agrícolas (57%), a falta de água (50%), dificuldades no escoamento da produção (37%), falta de posto médico e escola (32%), falta de energia (10%), falta de assistência técnica (6%). Com relação à produtividade das culturas, observou-se ser muito diferenciada. Citando apenas como exemplo o melão, constataram-se rendimentos que variavam entre 5 e 25 toneladas por ha.

Uma Mesma Problemática Mas Situações Diferenciadas

A problemática global que foi identificada é evidentemente diversificada segundo as situações geográficas e sociais.

1. Diversidade Geográfica

O trabalho foi desenvolvido no município de Juazeiro, na área mais cultivada do Vale do Salitre. Não foi possível trabalhar no município de Campo Formoso, onde a situação deve ser diferente. Há necessidade, na perspectiva de continuidade do trabalho, de analisar mais profundamente a situação neste lugar.

*Prefeitura Municipal de Juazeiro - "Vale do Salitre" - Uma questão de sobrevivência.

No município de Juazeiro distinguem-se três (03) zonas:

– Baixo Salitre: mais ou menos delimitado pelo Rio São Francisco e o povoado de Campo dos Cavalos. De ocupação antiga (a primeira povoação data de 1716), esta zona apresenta a maior concentração de população. O fenômeno da divisão da terra em minifúndios e a concentração estão bem marcados. É lá que se encontra o maior número de sem-terras, diaristas e meeiros. Foi esta a primeira zona que sofreu o problema de falta de água.

– Médio Salitre: do povoado de Campo dos Cavalos ao povoado de Junco.

Área privilegiada pela antiga produção de cana, esta zona caracteriza-se pela predominância de pequenos proprietários e de meeiros, num sistema relativamente tradicional. Atualmente, trechos do Médio Salitre sofrem a falta de água.

– Alto Salitre: do povoado de Junco ao povoado de Passagem do Sargento.

É uma zona de colonização mais recente. É aí que se concentram as grandes propriedades.

2. Diversidade Social

Os critérios de diferenciação social são baseados essencialmente sobre a posse da terra, a capacidade de investimento, a capacidade gerencial e o tipo de atividade desenvolvida.

a) Importância dos “sem terra”

A população do Vale do Salitre, no município de Juazeiro, é estimada em 12.000 pessoas, ou cerca de 1.900 famílias. Dessas, 1.600 teriam acesso à terra, sendo 640 proprietários, 600 meeiros, 125 arrendatários e 235 parceiros. Se a hipótese de desaparecimento a curto prazo do sistema de meia for correta, aproximadamente 940 famílias vão ficar sem acesso à terra, sem contar os proprietários, estando obrigados a vender as suas terras, devido à falta de capacidade gerencial e de investimento.

b) Os Proprietários de terras

Os proprietários de terras são classificados em grandes, médios e pequenos produtores. Os grandes produtores, por sua vez, estão caracterizados como empresários e produtores tradicionais.

Os “empresários”, muitas vezes oriundos de outras regiões, dispõem de áreas importantes (60 a mais de 500ha). São definidos por “grandes” devido à sua capacidade de investimento (bombeamento e culturas perenes). O sistema é exclusivamente agrícola. São bastante inovadores e utilizam técnicas como. Correção da acidez do solo, adubação de acordo com recomendações de análise de solo, sementes selecionadas e/ou mudas enxertadas, etc. O nível técnico é relativamente bom. Mas o baixo preço da terra não os obriga a uma preocupação com a conservação dos solos.

Esta categoria de produtor usa exclusivamente mão-de-obra assalariada e propicia trabalho para os diaristas. É bastante integrada ao mercado, tem rede de comercialização bastante desenvolvida e está atenta às modificações da demanda. São produtores que preocupam-se com a qualidade e promovem uma diversificação das suas culturas (limão, manga). Além disso, têm acesso ao crédito (investimento e custeio), e a órgãos de comercialização do sul do país.

Já os proprietários "tradicionais" são, muitas vezes, herdeiros das propriedades do tempo dos canaviais e dispõem também de áreas importantes (60 ha a mais de 500 ha). A pecuária extensiva praticada no platô (bovinos e caprinos) é a atividade mais importante para eles. Não exploram diretamente a zona "irrigável". Trabalham pelo sistema de meia, mas já se preocupam com uma certa intensificação da produção. Fornecem insumos e muitas vezes possuem um trator. Sobretudo controlam a produção jogando um papel de atravessador e assegurando o escoamento até Juazeiro. Podem organizar postos de vendas nas suas propriedades. Têm acesso ao crédito, principalmente para custeio. Os investimentos, além dos tratores, são raros. A produtividade é bastante baixa quando comparada à dos empresários.

Esse grupo de grandes produtores (empresários e tradicionais) representa 25% das propriedades do Vale do Salitre. Já os médios produtores dispõem de terras mais limitadas (20 a 60ha). O sistema desenvolvido é misto (agricultura no Vale e pecuária no platô). Eles cultivam uma parte de sua terra diretamente, mesmo havendo alguns meeiros. Estes meeiros, quando existem, são muito mais "independentes", pois o proprietário não se preocupa com a condução dos cultivos.

A pecuária é extensiva, não fazem análise do solo, não têm acesso ao crédito e não se preocupam com a comercialização, vendendo seus produtos aos atravessadores.

Os pequenos produtores têm uma área reduzida (menos de 20ha). Cultivam diretamente a terra e podem ter meeiro, geralmente "compadre" ou familiar.

Foram observados dois tipos de pequeno produtor em função da eficiência do sistema técnico utilizado:

- Sistemas técnicos eficientes: o produtor cultiva diretamente a quase totalidade de sua terra. Já iniciou um processo de intensificação pela diversificação (limão, manga, etc). Usa prioritariamente mão-de-obra familiar, mas pode contratar diaristas. O seu sucesso está mais ligado a um bom manejo do que a uma capacidade de investimento. A pecuária é integrada ao sistema de produção. Preocupa-se com a qualidade dos seus produtos e procura melhorar a integração no mercado de Juazeiro. A evolução possível é a compra de terras ou a especialização em alguns produtos, exigindo mais mão-de-obra e de melhor qualidade.

- Sistemas técnicos pouco eficientes: o produtor cultiva só uma parte da sua terra. Tem um ou mais meeiros independentes na condução dos seus sistemas. O nível técnico é baixo. A pecuária é limitada a alguns animais para autoconsumo. Não realiza análise do solo, cultiva praticamente culturas anuais e não tem acesso ao crédito. Não se preocupa com a comercialização, esperando pelo atravessador. Caracteriza-se também pela falta de informações técnicas e de conhecimentos gerais. Em resumo, tem um nível cultural muito baixo.

c) Os meeiros

A descrição do sistema do pequeno produtor, que cultiva apenas uma parte da sua terra (citado anteriormente) pode ser aplicada à grande maioria dos meeiros. No entanto, pode-se fazer uma distinção, segundo as relações que ligam o meeiro e o proprietário. Quando o proprietário fornece os insumos e controla o processo produtivo, o meeiro é mais um "responsável", um capataz, encarregado de guardar a terra para o proprietário residente na cidade. Neste caso, o seu status é muito parecido com o assalariado, recebendo uma parte da produção (10% da produção bruta).

3. Organização dos Produtores

Os problemas de água no Vale do Salitre e a ação da EMATER-BA levaram à criação de várias associações no Vale do Salitre a partir de 1985. Uma análise de suas atividades mostrou que elas têm como objetivo principal a obtenção de recursos de organismos públicos (FUNDEC, APCR) ou privados. São, às vezes, usadas também como meio de representação política. Mas, frente às diferenciações dos interesses, constatou-se que elas respondem muito pouco às expectativas dos produtores. O grau de satisfação dos associados é inversamente proporcional à idade da associação.

Constatou-se que as associações procuram resolver os problemas mais sérios da área de produção como crédito, assistência técnica e comercialização.

A pulverização das associações (com várias tendências) não permite também que elas sejam reais parceiros das instituições para a discussão dos diferentes projetos. A situação pode ser resumida pela frase de um responsável da CODEVASF: - "As associações são desorganizadas mas conseguiram, mesmo assim, modificar alguns elementos dos projetos".

4. As instituições

As instituições envolvidas no Vale do Salitre são numerosas: Prefeitura Municipal de Juazeiro, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Igreja Católica, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), Companhia de Eletrificação da Bahia (COELBA), Bancos, Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

A Prefeitura realizou um trabalho considerável diante da crise de abastecimento de água e conseguiu mobilizar alguns organismos e meios, porém nenhuma instituição fez um trabalho concreto no sentido de ultrapassar esta situação provisória.

Constatou-se que muitas das posições em relação ao Vale do Salitre são passivas (a COELBA não liga energia para impedir mais conflitos; o banco não financia mais de 6ha, etc). Esta timidez pode ser explicada pela: falta de recursos; falta de diálogo e integração entre os diversos organismos; inexistência de planos de trabalho. Diante da complexidade da situação - O QUE FAZER? - é uma pergunta expressiva, sabendo-se também dos riscos de explosão social. Esta ausência de planos de trabalho depende muito da falta de informação sobre o que será do futuro em termos de projetos governamentais como, por exemplo, o projeto SALITRÃO, que vai modificar consideravelmente o espaço da região do qual se desconhece ainda o seu conteúdo definitivo e a falta de organização dos produtores, que não são ainda parceiros reais destas instituições.

Em resumo, pode-se dizer que atrás da unanimidade da demanda de perenização do rio ("a água é a vida"), podem se distinguir situações extremamente complexas. Os diferentes atores têm interesses diferenciados.

A lei de mercado, no caso de uma simples perenização do rio (recursos abundantes), levaria a um desaparecimento de muitas formas de produção, ficando:

- Grandes proprietários "empresários";
- Pequenos proprietários particularmente eficientes e capazes de adaptarem-se aos mercados alternativos (feira, venda direta).

A falta de água e a intervenção da Prefeitura "congelaram" a situação. Este congelamento é provisório. A intervenção dos poderes públicos por meio do Salitrão, ou de outros projetos, vai contribuir para modificar esta situação. É a natureza desta intervenção que deve ser claramente definida, para respeitar ao máximo os interesses de todos os atores econômicos do Vale do Salitre.

Algumas Proposições

1. A Água - Uma Negociação Entre Diferentes Atores

Várias soluções técnicas para a perenização do Rio Salitre foram levantadas:

- construção de uma Barragem-mãe;
- construção de Barragens-Sucessivas;
- perenização do rio através de um canal saindo de Sobradinho e que levaria a água do Rio São Francisco;
- perenização do rio no quadro da primeira fase do Projeto Salitrão.

A equipe do curso, devido ao tempo muito curto e à falta de competência no domínio da hidrologia, revelou-se incapaz de dar um parecer técnico sobre a validade destas propostas, sobretudo, entende-se que um parecer técnico significa levar em conta:

- as possibilidades técnicas;
- o custo econômico;
- o interesse social e político;
- o impacto ambiental.

Relatórios técnicos já existem. Devem ser completados e, sobretudo, apresentados de forma acessível ao conjunto de atores, instituições (em particular, Prefeitura, EMATER), aos produtores e aos seus representantes (associações, sindicatos).

É necessário, no entanto, organizar rapidamente um diálogo franco para desmistificar as possibilidades técnicas de perenização do rio e evitar discussões e reivindicações irreais que levarão a conflitos.

Constatou-se que nenhum projeto é fechado, havendo possibilidades de negociação técnica e que se deve iniciar o mais cedo possível.

2. A Água - Para Quem?

De toda maneira, qualquer que seja a solução escolhida, a perenização do Rio Salitre ou o fornecimento de recursos em água canalizada, vai modificar profundamente as estruturas da produção. É irreal acreditar que a perenização do rio significaria a volta à situação privilegiada de antigamente. As leis de mercado fizeram desaparecer a água e, de novo, vão organizar as relações de produção que serão desfavoráveis ao pequeno produtor. Estas leis de mercado poderão e deverão ser corrigidas pela intervenção do Estado. Tal intervenção ainda é imprecisa (os recursos financeiros não estão garantidos), o que proporciona um tempo para os produtores participarem da sua definição.

Os produtores do Vale do Salitre devem convencer os poderes públicos da validade da pequena produção em termo social, político e econômico. Por isso, considera-se que dois eixos de trabalho devem ser prioritários: a organização dos produtores e o reforço da capacidade produtiva.

Por outro lado, os produtores do Vale do Salitre devem garantir a sua sobrevivência até a chegada dos novos recursos hídricos. As dificuldades de se conseguir uma renda decente (hoje os pequenos produtores conseguem apenas um salário mínimo mensal) vão levar inevitavelmente os proprietários a venderem suas terras. A demanda por terra vai ser cada vez maior, sobretudo quando se aproximarem da conclusão das obras para fornecimento de água. O aumento da capacidade produtiva e da renda econômica é um imperativo a curto prazo para os produtores. Porém, a organização dos produtores deve-se preocupar com o acesso e a discussão dos projetos da CODEVASF, de outros organismos e instituições e com os principais problemas de produção e comercialização existentes atualmente.

3. Garantir o Acesso à Água

A Lei Municipal 047/87 é bastante clara. Dá um quadro jurídico preciso para garantia do acesso à água.

Ela proíbe:

- Culturas anuais irrigadas com mais de 6ha por produtor;
- Plantio de novas culturas perenes;
- Barragens, desvios, sangradouros, reservatórios;
- Instalação de novos equipamentos de irrigação.

Além disso, encarrega as associações da fiscalização do cumprimento das normas.

Esta lei pode ser melhorada (por exemplo, deveria levar em conta mais o volume de água bombeada do que a superfície de cultivo). Nesse sentido, um primeiro trabalho poderia consistir na discussão desta lei, das modificações necessárias e das condições de sua aplicação em nível estadual.

Os resultados desta discussão seriam:

- conscientização de que a água é um bem raro;
- Uma organização concreta em torno de normas de uso da água, que poderiam servir de referências mais tarde;
- um exercício de negociação social com todos os atores econômicos, sem exclusividade.

A legislação da água deve ser estendida ao município de Campo Formoso, usando-se a Lei Estadual existente de novembro de 1987.

4. Melhorar os Sistemas de Produção

Foi mostrado que o nível técnico dos sistemas de produção é bastante baixo. Alguns elementos dependem da capacidade de investimento (trabalho do solo-época de plantio) mas a maior parte depende da capacidade gerencial do produtor (uso de adubos em excesso, por exemplo).

DOC/76, CPATSA, set./92, p.13

O referencial técnico existe em vários pontos: Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), unidades de demonstração da EMATER-BA, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (EPABA).

Há necessidade de um esforço importante das instituições para adaptá-lo às condições do pequeno produtor e organizar a sua apropriação. O CPATSA desenvolve um trabalho em Bebedouro, neste sentido.

Poder-se-ia imaginar que a EMATER e a EPABA implantem um trabalho deste tipo no Vale do Salitre, em colaboração com a FAMESF.

O trabalho deveria concentrar-se:

- No manejo da água: . irrigação diferenciada segundo o período vegetativo;
. sistemas mais econômicos;
- Na diversificação e na qualidade dos produtos, no tratamento pós-colheita, na fertilidade química e orgânica do solo (rotações das culturas, adubação).

CONCLUSÕES

Este trabalho de “reforço” da capacidade dos pequenos produtores não será fácil. Nem todos poderão adaptar-se às novas condições da produção. E para isso ele deve ser iniciado o mais cedo possível.

Para ser irrigante, o pequeno produtor necessita adquirir uma capacidade gerencial forte (que os produtores do Salitre, na sua grande maioria, não têm) e uma capacidade de investimento que pode ser obtida através da ação do Estado.

As experiências de colonização da CODEVASF (Bebedouro, Nilo Coelho) mostram que o processo usado até este momento não garante o sucesso (em Bebedouro, depois de 20 anos, a maioria da renda é investida na pecuária extensiva, além do fato de muitos colonos haverem vendido suas terras).

Na perspectiva de implantação do projeto Salitrão, há necessidade de estabelecer uma “intervenção alternativa”. E, neste sentido, o Vale do Salitre poderia servir de referência para definir a progressividade, o ritmo das mudanças sociais e o conteúdo das ações de apoio.

Estas propostas são apresentadas no sentido de iniciar um debate amplo, ao nível dos produtores e das instituições. Seria importante que cada ator se posicionasse. A sua discussão poderia ser o primeiro passo para a criação de uma “Comissão para o Desenvolvimento do Salitre”, coordenada pela Prefeitura de Juazeiro e reunindo as instituições, os produtores e as suas organizações.

DOC/76, CPATSA, set./92, p.14

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUAPLAN. Estudos de Projetos e Consultoria (Recife, PE). **Sistema de barragens sucessivas no Rio Salitre**: Relatório final da 1ª Etapa. Recife, [s.d.]. 1v. il. Não publicado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO (BA). Vale do Salitre - uma questão de sobrevivência. Juazeiro-BA, 1988. 40p.il.

REIS, A.M.B. dos. Salitre: uma contribuição para análise da reprodução camponesa. Salvador-BA: UFBA, 1986. 175p.il. Tese Mestrado.

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: CPATSA

Petrolina, 1992